



UFRPE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
BACHARELADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

ANDRIELLE BARBOSA DA SILVA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E O PROCESSO DE AUTOCONSTRUÇÃO POR
FAMÍLIAS DE UM BAIRRO POPULAR DA CIDADE DO RECIFE**

RECIFE

2019

ANDRIELLE BARBOSA DA SILVA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E O PROCESSO DE AUTOCONSTRUÇÃO POR
FAMÍLIAS DE UM BAIRRO POPULAR DA CIDADE DO RECIFE**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Economia Doméstica, da Universidade Federal Rural de Pernambuco na Área de Desenvolvimento Humano do Departamento de Ciências Domésticas.

Orientadora: Prof^a. Dr. Laura Susana Duque Arrazola

RECIFE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

S586r Silva, Andrielle Barbosa da.
Relações de gênero e o processo de autoconstrução por
Famílias de um bairro popular da cidade do Recife / Andrielle Barbosa
da Silva. – Recife, 2019.
56 f.; il.

Orientador(a): Laura Susana Duque Arrazola.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências
Domésticas, Recife, BR-PE, 2019.
Inclui referências e apêndice(s).

1. Habitação 2. Autoconstrução 3. Divisão sexual do trabalho
I. Arrazola, Laura Susana Duque, orient. II. Título

CDD 640

ANDRIELLE BARBOSA DA SILVA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E O PROCESSO DE AUTOCONSTRUÇÃO POR
FAMÍLIAS DE UM BAIRRO POPULAR DA CIDADE DO RECIFE**

Recife, 18 de Fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Laura Susana Duque Arrazola
DCD-UFRPE

Prof^a. Msc. Juliana Cristina das Chagas de Melo
DCD-UFRPE

Msc. Marília do Nascimento Silva
Examinadora externa

Aos meus pais, Marinalva e Edmilson, pelo cuidado, dedicação e ensinamentos dos valores morais, e principalmente como exemplo de vida, trabalho e amor.

Ao meu irmão Adson, pela convivência diária e todo aprendizado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, por me permitir a vida.

Aos meus pais, por tudo que me ensinaram e proporcionaram tornando a pessoa que sou.

Ao meu irmão, pelos aprendizados e cumplicidade.

Às amigas, Irma, Luciana e Sara, que estiveram presentes comigo desde o início da graduação, pelo carinho, apoio e cumplicidade nessa trajetória.

Aos/às amigos/as de curso, em especial Elisandra e Vanessa, Stella, Stephanie por compartilhar momentos de companheirismo.

Às professoras do departamento de Economia Doméstica que contribuíram para minha formação.

À minha orientadora Laura Susana Duque Arrazola, pelo incentivo, carinho e paciência ao longo dessa construção.

Às funcionárias Sônia Andrade e Rosemary Barros pela disposição e o carinho em ajudar.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco, por proporcionar a minha formação acadêmica e ser tão acolhedora.

Ao CNPq, que proporcionou a participação ao programa de Iniciação Científica originando o presente trabalho.

“Pouco conhecimento
faz com que as pessoas se sintam
orgulhosas. Muito conhecimento com
que se sintam humildes”.

Leonardo da Vinci

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo principal analisar as razões e as implicações da autoconstrução de moradias por famílias pobres da cidade de Recife, moradoras de um bairro da Região Político Administrativa RPA3. O processo metodológico foi feito a partir de entrevistas semi estruturadas e a observação in lócus da vida cotidiana das/dos moradoras/es; levantamento de dados secundários obtidos através das referências da pesquisa bibliográfica caracterizando o trabalho como uma pesquisa qualitativa. Nessa pesquisa foram abordados temas para o entendimento da urbanização no Brasil, entre eles: problema habitacional, autoconstrução, família e a relação da divisão sexual do trabalho. A moradia é um dos direitos Humanos universais, no entanto seu acesso não se dá de maneira uniforme, sobretudo, na questão social e de classe. No caso brasileiro, há predominância da autoconstrução das moradias, ou seja, seus/suas habitantes assumem o planejamento, a compra de materiais e trabalham na construção ou reforma da residência, muitas vezes localizadas nos assentamentos urbanos irregulares. O grupo familiar tem um papel de destaque na produção da moradia, ao mesmo tempo em que é na família onde incide com maior evidência a divisão sexual do trabalho, determinando o grau de autonomia ou subordinação da mulher. O bairro estudado está situado na zona norte da cidade do Recife. O perfil dos/das moradores/as é da classe trabalhadora e precarizada, sendo a sua maioria mulheres. As moradias do bairro são frutos da autoconstrução dos trabalhadores e trabalhadoras que dedicam seus finais de semana para construir seu abrigo.

Palavras Chaves: Habitação; Autoconstrução; Divisão sexual do trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 URBANIZAÇÃO NO BRASIL: CONTEXTO GERAL	15
2.1.1 Urbanização na cidade do Recife	18
2.1.2 Expansão da periferia	19
2.2 A QUESTÃO HABITACIONAL	21
2.3 AUTOCONSTRUÇÃO	24
2.3.1 O conceito	25
2.4 FAMÍLIA	26
2.4.1 Divisão sexual do trabalho	28
3 METODOLOGIA	31
4 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	33
4.1 PERFIL GRUPO ENTREVISTADO	33
4.2 ESPAÇO URBANO DE ALVORADA	34
4.3 AUTOCONSTRUÇÃO EM ALVORADA	36
4.3.1 Preciso de uma casa, e agora?.....	37
4.3.2 Trabalhadores e trabalhadoras que constroem	40
4.3.3 Materiais utilizados e gastos com a obra.....	42
4.3.4 Minha casa, meu mundo	44
4.4 TRABALHO DAS MULHERES NA AUTOCONSTRUÇÃO.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	51
APÊNDICES	56
APÊNDICE A - Modelo do termo de consentimento livre e esclarecido	57
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semi-estruturada	58

1. INTRODUÇÃO

O sistema capitalista é concentrador e expropriador da *terra para morar* e para trabalhar e dos instrumentos vinculados ao processo de produção agropecuário e urbano industrial, provocando a destruição dos meios autônomos de vida produzindo o que antes trabalhadores/as de forma independente produziam para garantir sua subsistência. Nesse processo capitalista, os produtos passam a serem mercadorias, ou seja, valor de uso + valor de troca, como explica Karl Marx em *O Capital*, podendo ser consumidas por meio do salário. Tal processo reflete no desenvolvimento desigual das forças produtivas onde em empresas capitalizadas acumulam e se contrapõem às unidades produtivas não caracterizadas plenamente como capitalistas (KOWARICK, 1979).

No que tange o acesso à habitação e aos espaços urbanos em que estas se constroem, existe uma especulação a respeito das empresas que controlam o mercado imobiliário de alto poder aquisitivo econômico no ramo da construção de moradias, em oposição à dinâmica da construção da habitação das classes trabalhadoras no espaço urbano. Essa moradia, ainda adentrado o século XXI, continua sendo produzida a partir da experiência adquirida pelos moradores dos bairros populares trabalhando nas empresas da construção civil e participando da autoconstrução habitacional. Por sua vez essa dinâmica expressa um processo desigual de desenvolvimento entre as classes sociais (SÁ, 2009).

Para Lúcio Kowarick (1979) a classe trabalhadora busca solucionar seu problema de moradia recorrendo ao aluguel de habitações em condições deteriorantes, construções de barracos ou casas mais estruturadas em locais de pouco interesse para a especulação imobiliária. O autor chama este ato de “economia natural” presente em pleno sistema urbano-industrial, sendo impulsionado pelas grandes empresas imobiliárias, pois para a produção capitalista o objetivo não é prover à classe trabalhadora de meios de vida para a sua subsistência, no entanto produzir excedentes de determinadas mercadorias provedoras, também, de lucro para o capital acessível às famílias, a exemplo dos tijolos, instalações hidráulicas, cimento, cerâmicas, entre outros materiais de construção e contemporaneamente os próprios eletrodomésticos.

A autoconstrução como processo de produção habitacional é referencia, no estudo da questão urbana e habitacional. Ermínia Maricato e Lúcio Kowarcik chegam ao conceito do *processo de autoconstrução* como produto de acesso à moradia da classe popular trabalhadora, constituindo-se ato no qual os próprios habitantes assumem a construção de sua moradia, desde a compra de materiais, à contratação de funcionários remunerados (podendo ser do próprio bairro e/ou da vizinhança) ou trabalhando de forma direta sob modalidades de mutirão. Para Lúcio Kowarcik (1979), a finalidade e essência da autoconstrução devem ser entendidas como uma solução de subsistência e não como forma de poupança.

O acesso à moradia da maior parte da população pauperizada brasileira é predominantemente pela autoconstrução. O volume desta produção habitacional supera a do mercado formal e o da ação governamental. A população sem acesso ao mercado imobiliário formal e a programas sociais habitacionais do governo, busca suprimir sua necessidade por moradia digna¹ utilizando dos recursos disponíveis na *periferia urbana* (terreno, recursos técnicos e financeiros) ocupando de forma precária áreas de encostas, proteção ambiental e alagados que são, na maioria dos casos, locais de difícil ocupação (SÁ, 2009).

Assim como a moradia, o fornecimento de bens coletivos por meio de ação do Estado é um componente básico da reprodução da força de trabalho. Lúcio Kowarcik (1979) afirma que o “problema” habitacional vai está diretamente atrelado à disponibilidade de bens de consumo coletivo. São os investimentos do poder público que aparecem como fator determinante para o valor final da moradia, condicionando onde cada classe social poderá se localizar na configuração espacial da cidade. Logo, as cidades brasileiras caracterizam-se nitidamente como segregadas, desse modo extorquindo as camadas populares dos serviços de consumo coletivo, caracterizando a espoliação urbana.

¹ “moradia digna é aquela que dispõe de instalações sanitárias adequadas que garantam as condições de habitabilidade, e que seja atendida por serviços públicos essenciais, entre eles: água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo, com acesso aos equipamentos sociais básicos”. O *direito à moradia digna* é garantido pelo artigo 6 da Constituição da República. (Sampaio; Pereira, 2003).

Segundo a Prefeitura do Recife (2015), a ocupação de áreas de encostas se fez de forma desordenada, com casas de baixo padrão construtivo e o uso incorreto do solo causando impactos ambientais e contribuindo para o aumento dos riscos à população residente. As famílias moradoras do bairro em estudo são famílias de baixa renda que tem como principal objetivo suprir a necessidade por uma moradia digna e própria.

A família nos processos de construção da moradia se faz presente de forma significativa no bairro, e como uma instituição socialmente construída, se caracteriza por diversas estruturas, relações sociais que estruturam suas dinâmicas, e funcionamento, divisão sexual do trabalho e do poder². Nela expressam-se as relações de desigualdade que dão sustentação e garantem a manutenção do sistema capitalista que por sua vez define a família como sendo o espaço central da reprodução da sociedade e o público como espaço predominante da produção e da política (BRUSCHINI, 2000; AMARAL, 2001; ÁVILA E FERREIRA, 2014).

No processo da autoconstrução o papel das mulheres tem tido sempre um destaque relacionando a essa divisão sexual do trabalho, embora algumas delas realizem algumas atividades ditas como masculinas na produção da moradia, elas se destacam no processo de autoconstrução. Sendo necessário levantar algumas discussões sobre a família e o papel da mulher na sociedade patriarcal em que estamos inseridos/as.

As desigualdades de gênero prevalecem no caráter patriarcal e sexista, da família e do Estado. Apoiando-se em autoras feministas, Laura Duque-Arrazola (2004, p. 84; 85) salienta a “relação complexa e contraditória de interdependência entre a ordem patriarcal de gênero e a sociedade capitalista” o que faz do Estado capitalista e de classe um “Estado sexista, patriarcal, androcêntrico”, além de racista. É o elemento que constitui as

² Como explicam Daniele Kergoat e Helena Hirata, desde uma perspectiva feminista, a “ (...) divisão sexual do trabalho é a forma decorrente das relações sociais de sexo”. Tal divisão estrutura e separa “ (...) o que seria trabalho de homens e trabalho de mulheres e os hierarquizam desigualmente, tendo o trabalho masculino um valor social (e agregado) maior que o trabalho das mulheres. Na ordem patriarcal burguesa de gênero designam-se aos homens prioritariamente o trabalho nas esferas públicas e o trabalho produtivo e às mulheres o trabalho reprodutivo e seus espaços domésticos-privados(..) Nessa dialética dá-se a “ coextensividade das relações sociais de gênero, de classe social e raciais/étnicas segundo cada formação social concreta “ DUQUE-ARRAZOLA, Laura, In FLEURY-TEIXEIRA E; MENEGHEL S, Dicionário Feminino da Infância, FIOCRUZ, Editora, Rio de Janeiro, 2015, p.104.

relações sociais de gênero, conceituadas por Joan Scott como relações sociais desiguais que se estruturam histórica e culturalmente, e se baseiam a partir das diferenças percebidas entre os corpos sexuados, significando, por sua vez, relações de poder que consolidam a divisão sexual do trabalho, determinando a participação das mulheres e dos homens na esfera pública e privada e assim condicionam a divisão a suas práticas (DUQUE-ARRAZOLA, 2004).

A presente pesquisa monográfica é resultado de minha experiência na Iniciação Científica como bolsista e voluntária (PIBIC/CNPq/UFRPE envolvendo-me numa pesquisa sobre a questão urbana, melhor dizendo, sobre o processo histórico de produção de um espaço urbano para morar historia de um bairro da RPA3, na Região metropolitana do Recife. Pesquisa continuada que iniciou-se no ano de 2015 e continuou como voluntária já na perspectiva de ser base da minha monografia de conclusão do curso Bacharelado em Economia Doméstica.

A amplitude do tema possibilitou diversos recortes de pesquisa dentre eles as formas de habitação, despertando o interesse para a questão da autoconstrução, contribuindo para a reflexão sobre o tema abordado buscando compreender a escolha por construir a própria casa sem o apoio técnico-profissional e apreendendo no processo como se dão as relações que permeiam esse tipo de construção por moradores/as da classe trabalhadora na zona periférica da cidade do Recife.

Dentro desta perspectiva o objeto central da presente monografia é a autoconstrução partindo das evidências locais do grande número de moradias e famílias moradoras dos estratos mais baixo utilizar-se deste meio, chegando a seguinte problemática: *o que leva às famílias de baixa renda a construir suas moradias* e quais são o meios utilizados por elas?

O objetivo principal consistiu em:

Analisar as razões e implicações da autoconstrução da moradia por famílias pobres moradoras do estudado localizado na cidade do Recife-PE.

Objetivos específicos:

- a) Verificar os motivos que levam às famílias moradoras de bairros populares autoconstruir suas casas;

- b) Identificar o processo de planejamento e a participação dos membros da família na autoconstrução da moradia;
- c) Conferir os materiais usados na autoconstrução e Identificar os gastos do processo de autoconstrução da moradia;
- d) Aprender a participação feminina no processo de autoconstrução.

O presente trabalho está subdividido em cinco capítulos são eles: Capítulo 1 introdução, Capítulo 2 Fundamentação Teórica Nesta parte do trabalho, serão apresentadas as discussões que orientaram o desenvolvimento da pesquisa: Urbanização no contexto geral no Brasil e Recife; Questão habitacional; autoconstrução e seu conceito; família bem como suas definições e por fim explanação sobre divisão sexual do trabalho. Capítulo 3 Metodologia onde são apresentados os métodos que orientaram a pesquisa, Capítulo 4 Resultado e discussão são apresentados o perfil do grupo entrevistado, o espaço urbano que está localizado Alvorada assim como todo o processo de autoconstrução presente no bairro e o trabalho das mulheres na autoconstrução, e por fim o capítulo 5 as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 URBANIZAÇÃO NO BRASIL: CONTEXTO GERAL

A maior transformação urbana no Brasil iniciou no século XX mais precisamente nos últimos anos assim como os demais países da América Latina. No ano de 1940 a população urbana constituía 26,3% do total enquanto que no ano de 2000 ela era de 81,2%. Em números absolutos a população passou de 18,8 milhões de habitantes, no setor urbano, para 138 milhões (MARICATO, 2000).

No período colonial e imperial as metrópoles que representavam o Brasil urbano tinham sua importância, pois assumia um papel de financiamento e comercialização de bens primários para o mercado Europeu. Contrapondo a esse fato até o final do século XIX a maior parte da população residia no campo. A emergência de mão de obra livre nesses centros urbanos deu início ao movimento migratório campo-cidade com a idealização do progresso e modernização para os/as migrantes e suas famílias. Nas cidades estava o futuro e junto a ela pareciam estar às melhores oportunidades de emprego, educação escolar, assistência social, lazer, entre outros. Contudo, aos poucos a realidade vivenciada se tornava diferente das expectativas criadas e a imagem da cidade passou a se associar à violência, desamparo e ao caos (SANTOS, 1986; MARICATO, 2003).

Ermínia Maricato (2003) considera que, mesmo com esse movimento gigantesco de urbanização contrariando a expectativas de muitos, o Brasil urbano não superou características dos períodos colonial/escravocrata e imperial que eram caracterizados pela forte concentração de terra, renda e poder político para poucos, exercido pelo *coronelismo* ou política do favor.

Entre o final do século XIX e início do século XX as reformas urbanas passaram a ser realizadas em algumas das grandes cidades do Brasil (Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro) lançando uma base de um urbanismo moderno com obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico. Surgia nesse momento um mercado imobiliário moldado nos ideais capitalistas na geração de lucros. Em contrapartida uma parte da população era excluída desse processo e expulsa

para os morros e as franjas da cidade (zonas periféricas) constituindo uma segregação social territorial (MARICATO, 2000).

As migrações internas entre as regiões foram fatores para a urbanização aonde pessoas das regiões menos industrializadas iam para as mais industrializadas. Maricato (2000) afirma que o crescimento urbano não respondeu de forma satisfatória as necessidades da população que migrava, mas bem ou mal o território foi ocupado e foram geradas condições para viver nesse espaço (RIBEIRO, 2015; MARICATO, 2000).

Alguns marcos históricos são pontuados por Santos (1993) e Maricato (2000) como fundamentais para o processo de urbanização como: a emergência do trabalhador livre, a proclamação da República e pela necessidade das indústrias, ainda ligadas a cafeicultura, pois até em 1930 a economia era centrada no setor agrário. É a partir de 1930 que a industrialização se firma entrando em uma nova etapa em 1950 com uma mudança significativa no modo de vida dos/das consumidores/as havendo a massificação do consumo de bens modernos como eletrodomésticos e bens eletrônicos.

O crescimento econômico entre os anos de 1940 a 1980 foi um dos maiores do mundo com índices do PIB superiores a 7% ao ano. Em contradição à renda gerada, esta permaneceu concentrada em poucas famílias, mesmo que o crescimento tenha refletido na melhora de vida de grande parte da população (MARICATO, 2000; SANTOS, 1993).

As atividades ligadas à construção civil foi o grande impulso para o crescimento econômico e o mercado imobiliário. Este tinha linhas bem definidas em relação a prioridade para classe média e alta, alimentadas pelos orçamentos do governo que fez obras de saneamento, viárias e outras excluindo do processo maior parte da população que ficou sem acesso a direitos sociais e civis básicos (MARICATO, 2000; SANTOS, 1993).

Grande parte dos/das trabalhadores/as atua fora do mercado de trabalho formal e mesmo aqueles empregados recorrem aos meios de subsistências alternativos (biscate, diária, ambulante, entre outros) constroem suas próprias casas em áreas irregulares ou ocupadas (SAMPAIO, 2003).

Foi na década de 1980 que o fenômeno do crescimento urbano teve um grande impacto ampliando o universo de desigualdade social.

“Pela primeira vez em sua história, o Brasil tem multidões concentradas em vastas regiões-morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies - marcadas pela pobreza homogênea” (MARICATO, 2000. p.23).

A partir dessa mesma década o padrão de urbanização muda, as metrópoles continuam crescendo, mas não no mesmo ritmo de antes. A mesma autora afirma que na cidade do Recife a taxa de crescimento anual 1980 a 1991 foi de 1,80% já nos anos de 1991 a 1996 a taxa foi de 1,10%. As periferias dessas metrópoles cresceram mais que os núcleos centrais, conseqüentemente originando um aumento das regiões pobres (MARICATO, 2000).

A evolução de indicadores sociais foi expressiva, principalmente nos últimos 50 anos mesmo que não houvesse homogeneidade entre as regiões. O Nordeste apresentou um dos piores índices de taxa de mortalidade infantil no Brasil, mas o que se pode afirmar é que a vida da população brasileira melhorou de um modo geral. O processo de urbanização não pode ser associado a melhora dos indicadores e sim algumas ações como a extensão do serviço de água potável, serviço de vacinação, acesso a antibióticos e outros. Contudo não houve mudança significativa no que diz respeito a desigualdade social, pelo contrário, nas décadas de 80 e 90 com o declínio econômico aprofundou-se mais a exclusão social. O indicador mais expressivo e reflexo desse contexto é o aumento da violência nas metrópoles (SANTOS, 1986; MARICATO, 2003; SAMPAIO, 2003).

Dentro desse contexto surgem grandes áreas de concentração de pobreza, uma situação inédita de ocupação do solo e exclusão social, visto que nas zonas rurais antes do processo de urbanização a segregação se dava como um processo esparsos. Na conjuntura vivenciada estava a dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos, somando-se a menos oportunidades de emprego, menos oportunidade de profissionalização e maior exposição à violência (MARICATO, 2003).

2.1.1 Urbanização na cidade do Recife

A formação da cidade do Recife se inicia efetivamente no século XVII. Olinda assumia o papel da capital com cerca de 5 mil habitantes e Recife se limitava a uma estrutura urbana que tinha um porto voltado para exportação de açúcar que tinha como destino o continente Europeu (REYNALDO, 2013).

A ocupação holandesa marcou o processo de urbanização da cidade. As tropas invasoras se instalaram próximo ao porto, cabendo aos engenheiros Pieter Van Bueren e Andre Drewisch a responsabilidade da escolha inicial do lugar sobre o qual se levantaria a cidade holandesa. A ocupação aconteceu em terrenos vazios entre o mar e o rio, dando-se a construção da primeira ponte da cidade (REZENDE, 2002).

Recife então adquiriu suas primeiras características mercantis e foram realizadas algumas obras de engenharias como aterros de mangue e drenagem de alagados, utilizando para isto técnicas importadas da Holanda. No final da colonização holandesa no ano de 1654, a cidade contava com cerca de 8.000 habitantes, 290 sobrados assentados sobre uma superfície de 24,7 hectares (REZENDE, 2002).

A urbanização Portuguesa teve como característica a construção religiosa de igrejas católicas as que se contrapunham às manifestações cristãs holandesas (REZENDE, 2002; REYNALDO, 2013).

Rezende (2002) aponta que o crescimento territorial do Recife teve uma relação direta com as dificuldades passadas pelos senhores de engenhos, obrigados a alugar parte de suas terras. Um marco da expansão do Recife foi o surgimento do povoado da Caxangá e da Várzea, indicando mudanças nos hábitos de vida e distanciamento do porto.

O Recife do século XIX foi marcado pela luta política, um período de muitas revoluções como a de 1817, a confederação do Equador de 1824, a revolução praieira de 1848. Recife assumiu sua autonomia não subordinando-se ao poder central tornando-se cidade em 1823 e capital de Pernambuco em 1827 (SILVA e SILVA, 2015).

Surgiam os primeiros sinais de modernização. A paisagem mudava, mas no Recife não havia saneamento, água encanada e nem iluminação pública. No governo de Rego Barros as ruas foram numeradas, nomes definidos, instalou-se a luz pública a gás e padronizaram-se prédios, segundo os princípios europeus e as grandes construções na área central do Recife, como o teatro Santa Isabel que teve grande influencia francesa (REZENDE, 2002; SILVA e SILVA, 2015).

A cidade se concentrava nos seus 4 bairros: o de Recife, Santo Antonio, Boa Vista e São José. Nos dois primeiros o comercio era intenso enquanto nos demais havia grandes residências. A falta de saneamento agravava a falta de higiene ocasionando muitas epidemias. Nesse período o Recife se expandiu para os seus arredores formam núcleos como Madalena, Poço da Panela, Caxangá, Afogados, Várzea e Beberibe e o aumento da população levou a necessidade de instalar serviços de transporte coletivos mais eficientes (REZENDE, 2002).

Durante o século XX as palavras de ordem eram urbanizar, civilizar e modernizar. Houve incentivo a construção de casas populares aumentando ruas e avenidas erradicando os mocambos. A reforma urbana não se deu de forma a beneficiar toda a população e a cidade foi um cenário de luta de interesse em que uma classe econômica foi beneficiada com a “modernização”. Desde primeiros indícios de modernização no século XVI a cidade do Recife crescia, no entanto não tinha estrutura para comportar seus habitantes criando uma paisagem contrastante entre as classes econômica (REZENDE, 2002).

2.1.2 Expansão da periferia

Com o movimento campo-cidade as metrópoles se expandem, cada vez mais, entretanto com um número maior de pessoas vivendo em periferias insalubres. O crescimento desordenado trás muitos problemas, sendo um deles a ocupação irregular. As famílias de trabalhadores/as foram excluídas do mercado imobiliário privado tendo que buscar a favela como moradia (MARICATO, 2003; SILVA E MACÊDO, 2009).

Em Recife foram formados muitos bairros a partir destas ocupações irregulares que tiveram um grande destaque nas ultimas décadas do século

XX, inclusive crescendo muito mais que os estabelecimentos regulares (SILVA E MACÊDO, 2009).

Silva e Macedo (2009) apontam que as precárias condições de vida e pouca oportunidade são fatores que determinaram a vinda de muitas pessoas dos interiores rurais para a cidade. O governo Federal desde os anos finais do século XX começou a investir em políticas habitacionais instituindo o Banco Nacional de Habitação (BNH) na tentativa de amenizar os conflitos sociais desencadeados pelas péssimas condições de vida, entre elas as relacionadas à moradia (ex: mocambos, palafitas) dos/das trabalhadores/as. Contudo, o crescimento da aglomeração nos espaços urbanos favelados ou da periferia, concretizando a espoliação aos/às trabalhadores continua e as ações ou medidas tomadas são insuficientes.

Como explica Maricato (2003), as moradias predominantes nas metrópoles brasileiras não se caracterizavam por seguir os moldes determinados pelos padrões do mercado das cidades.

“A moradia tem sido predominantemente, nas metrópoles, obtida por meio de expedientes de subsistência. Trata-se de uma mercadoria que não é produzida via processo de trabalho marcado por relações capitalistas” (MARICATO, 2003, p. 153).

Uma parte da cidade é produzida fora da lei, sem a participação dos programas estatais dos governos, sem recursos técnicos e financeiros significativos. Essa parte da cidade é construída com técnicas arcaicas, fora do mercado padrão. De acordo com o último censo realizado no Brasil no ano de 2010, cerca de 11,4 milhões de pessoas moravam em favelas. Entre as capitais com maior proporção de pessoas residindo em ocupações desordenadas, Belém é a que tem maior proporção (54,5%) seguida de Salvador (33,1%), São Luiz (23%), Recife (22,9%) e Rio (22,2%). (BRASIL, 2017).

Segundo o IBGE (2000) apud Maricato (2000) de 1991 a 2000 o número de favelas cresceu 22% em todo o Brasil, mas ao analisar os dados e compará-las com outras pesquisas os números são bem maiores, pois o IBGE não contabiliza como favela núcleos que possuam menos de 50 unidades. Para Maricato o número de imóveis ilegais é tão significativo que “a cidade legal caminha para ser cada vez mais espaço da minoria” (MARICATO, 2000 p.32).

A formação da periferia, quando não acompanhada de um grande investimento em infra-estrutura, produz áreas pobres e marginalizadas. O processo de favelização³ se tornou uma grande evidencia territorial no Brasil com pouco investimento dos governos em políticas públicas, contrapondo-se a grandes investimentos nas áreas nobres das cidades brasileiras (SILVA E MACEDO, 2009).

2.2 A QUESTÃO HABITACIONAL

As cidades dos países latino-americanos, ao longo do seu processo de urbanização desde o passado século XX e o que vai do século XXI, tem-se caracterizado pela problemática habitacional que envolve questões relacionadas às habitações, saneamento, espaço físico das moradias e seus bairros/comunidades, transporte, entre outras. Estudiosos/as desta problemática conceituam como *a questão urbana* a exemplo de Manuel Castels (1974), Jean Lojkine (1997), Erminia Maricato, (2015). Uma questão que ainda possui entrave pesar de, na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU em 1948, o acesso a moradia se torna direito do homem e da mulher, essencial para uma vida humana digna. Assim como consta na Constituição Federal de 1988 que prevê a promoção de programas de habitação e saneamento básico envolvendo as três esferas do governo: federal, estadual, municipal (MORAIS, 2002).

Luana Motta (2011) coloca a questão habitacional como um dos principais problemas sociais urbanos no Brasil, revelado pelas reivindicações que vão além da estrutura física das casas, incluindo o saneamento e asfaltamento. Questão esta de competência do Estado, sobretudo tratando-se das populações que vivem em áreas de risco.

O sistema capitalista é expropriador da força de trabalho da massa assalariada e promove a destruição dos meios autônomos de sobrevivência, como o artesanato tradicional, a agricultura, criação de caráter camponês, a pesca artesanal, entre outros. A empresa capitalista produz o que antes

³ A ONU define favela como a áreas urbanas desprovida de condições urbanas e ambientais os seus residentes vivem aglomerados em habitações ilegais com acesso inadequado a água potável; acesso inadequado à infraestrutura de saneamento básico e outras instalações (SILVA E MACÊDO, 2009).

trabalhadores/as da agricultura familiar e pesca produziam para o auto consumo. A empresa capitalista passou a produzir mercadorias que vão ser consumidas por meio do salário gerado com o trabalho, rendendo excedente lucrativo ao empresariado, ao capital. Esse processo histórico não se dá de maneira uniforme e linear entre países, regiões e suas classes sociais ocorrendo de forma desigual (KOWARICK,1979).

Nesse sentido Lúcio Kowarick (1979) chama atenção das contradições do capitalismo que envolve o problema habitacional entendendo que este não deve ser analisado isoladamente dos processos sócios-econômicos e políticos. “A produção capitalista organiza-se, não para prover aos trabalhadores com meio de vida necessários para sua subsistência, mas para realizar um excedente que é privadamente apropriado” (KOWARICK,1979, p. 56).

Quando se fala do problema habitacional, os movimentos sociais estão falando da luta e reivindicações pelo direito à cidade. Para Henri Lefebvre (2001), habitar não se resume a ter moradia, implica no Direito à Cidade. Direito que diz respeito e que ao mesmo tempo vai além das lutas por creches, água, transporte, moradia e segurança. Através das lutas populares, o direito a cidade é construído e conquistado, indo de contra à lógica capitalista da produção da cidade. A ação do Estado por meio de investimentos públicos é determinante para o fornecimento de bens de consumo coletivo fundamentais para os/as cidadãos/ãs.

“O direito à cidade não se refere ao direito a uma vida melhor e mais digna na cidade capitalista, mas sim a uma vida muito diferente, em uma sociedade, por sua vez, muito diferente, onde a lógica de produção do espaço urbano *esteja subordinada ao valor de uso e não ao valor de troca.*” (LÉFÈBVRE, 2008. apud TRINDADE, 2012 pag: 141-142).

No pensamento de Henri Léfèbvre o direito a cidade é o direito de poder usufruir e experimentar a vida urbana, a centralidade e os locais de encontro e trocas permitindo o uso pleno desses momentos e locais com valor de uso em detrimento ao valor de troca (LEFEBVRE, 2001).

No Brasil, em tratando-se das políticas urbanas e habitacional destacam-se problemas de polarização e segregação espacial. Tais problemas estão relacionados à questão fundiária, pois a população de baixa renda é limitada a ter acesso ao solo constituindo, uma forma de exclusão e consolidação da precariedade urbana (MOREIRA, 2016).

A Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001 (Lei Federal 10.257/2001) foi um grande marco para a política urbana no Brasil, reconhecendo o direito à cidade e à moradia como um dos princípios fundamentais para o ser humano (MOREIRA, 2016).

Na Constituição de 1988 os municípios passaram a ser autônomos em relação à definição, condução e execução de políticas públicas e com o Estatuto da Cidade começaram a definir suas diretrizes e estabelecer o Plano Diretor Municipal como instrumento básico para o conteúdo das políticas urbanas. Com a criação do Ministério da Cidade em 2003, institucionalizam-se novas políticas para o enfrentamento do quadro urbano habitacional no Brasil. Dentro desse contexto foi aprovada a Política Nacional de Habitação (PNH) em 2004, com bases que passaram a orientar o Estado e os agentes envolvidos (BONDUIKI, 2011; MOREIRA, 2012).

A partir de 2005 houve uma valorização da temática habitacional que impulsionou a elevação de investimentos estatais em programas e projetos habitacionais, sobretudo nos Governos do Partido dos Trabalhadores-PT, Governo Lula (2003- 2011) e Governo Dilma (2011-2016). Durante esse período é implantado o Programa Minha Casa Minha Vida. Embora os estudos recentes evidenciem avanços no campo da política urbana e habitacional, os resultados qualitativos mostram o outro lado do processo (BONDUIKI, 2011; MOREIRA, 2012).

Segundo a Fundação João Pinheiro (2018) a partir dos dados gerados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no ano de 2015 o déficit habitacional⁴ estimado corresponde a 6355 milhões de domicílios onde 87,7% estão localizados nas áreas urbanas. A região sudeste apresenta o maior déficit, 39% seguida da região nordeste com 31% do total.

A ausência de condições e a ineficiência das políticas públicas para a população de baixa renda demandam as ocupações ilegais ou em áreas de risco, pois se torna a única possibilidade de acesso ao solo urbano (MOTTA, 2011). No entanto, segundo Erminia Maricato (2000) a lei se torna flexível na

⁴ O déficit Habitacional leva em consideração os domicílios sem condições de habitabilidade devido a precariedade das condições ou em virtude do desgaste da estrutura física considerando também a coabitação familiar e o ônus excessivo com aluguel (MOTTA, 2011).

sua aplicação permitindo as ocupações ilegais para acomodar os pobres na cidade. Desse modo instituiu-se um modelo de desenvolvimento urbano brasileiro, em que a ilegalidade parece estar de acordo com os interesses dos grupos dominantes e seus projetos.

2.3 AUTOCONSTRUÇÃO

A casa oriunda da autoconstrução se originou no Brasil desde séculos atrás. Fazia-se na zona rural, perto da beira dos rios e do mar e passou a ser feito, também, nas cidades com a migração campo-cidade dos migrantes e retirantes dos interiores. No Brasil houve maior destaque para atividade na segunda metade do século XIX com o fim da escravidão e os movimentos imigratórios ocasionaram um aumento descontrolado da população nos centros urbanos, Não se tinha lugar para morar e nem capital para comprar ou alugar e a solução encontrada foi edificar sua própria residência. A maioria das vezes em condições de insalubridade. Morando bem ou mal o desejo maior era ter um telhado para abrigar a família (LEMOS, 1976. apud WARTIN, 2003).

Para alguns autores e autoras a ocorrência da autoconstrução foi identificada em períodos de crise do sistema capitalista (HARMS, 1982. apud. BALTHAZAR, 2012). Em muitos países, inclusive aqueles considerados ricos como Estados Unidos, as famílias dos trabalhadores tiveram que construir suas próprias casas, mas foi em países de economia dependentes que a prática da autoconstrução se intensificou (BALTHAZAR, 2012).

Segundo Wartin (2003) tentou-se resolver o problema da habitação através de regulamentação, mas “resultaram em moradias mínimas que não correspondiam às expectativas populares, tanto no que diz respeito ao ideal de moradia, quanto às condições financeiras desta parcela da população”. O problema de séculos atrás se reproduz no presente de forma bastante nítida.

No processo da produção da habitação existem empresas de porte industrial e unidades com características manufatureiras que solucionam seu problema de moradia uma espécie de “economia natural” presente no sistema urbano industrial impulsionado pela produção capitalista de não prover aos trabalhadores/as os meios de vida necessários. A autoconstrução não é um meio de poupança e sim uma solução de subsistência (KOWARICK, 1979).

2.3.1 O conceito

A autoconstrução como conceito é um processo no qual habitantes dessa construção assumem o planejamento, compra de materiais e trabalham na construção ou reforma diretamente ou contratando trabalhadores remunerados geralmente do mesmo bairro ou vizinhança. É comum a realização de mutirões e trabalho dos próprios familiares como ajudantes. São habitações que estão localizadas principalmente nos assentamentos urbanos populares (SÁ, 2009; MARICATO, 2000; KOWARICK, 1979).

É importante pontuar que o processo da autoconstrução se dá em todas as classes sociais, no entanto o processo acontece de forma diferenciada, como por exemplo uma família de classe alta pode assumir diretamente a construção da sua moradia desde a compra do terreno até a obtenção de créditos bancários para compra de materiais, mas esse grupo não se encontra excluído do processo imobiliário, contrário das famílias das classes sociais de menor renda que em grande maioria ocupa lotes ilegais ou áreas de risco (SÁ, 2009).

O objetivo principal das famílias da classe trabalhadora de baixa renda que recorre à autoconstrução é construir a casa para morar o quanto antes eliminando os gastos da família com aluguel. Por conta das restrições de tempo e dinheiro as casas não têm acabamentos e adornos (BALTHAZAR, 2012).

“Maricato (1979) escreve da seguinte maneira os componentes da casa popular: lote de pequenas dimensões (5,0x 2,5 m) materiais baratos, mão de obra não especializada e intermitente, técnica rudimentar, poucas ferramentas nenhuma máquina, disponibilidade parcelada de tempo e dinheiro.” (MARICATO, 1979. apud BALTHAZAR, 2012. pg:46).

As regiões periféricas em sua aparência são de obras inacabadas. Segundo Ferro (1979) apud BALTHAZAR, (2012). São casas autoconstruídas, uma ocupação densa e desordenada. Os bairros periféricos se caracterizam pela proximidade de áreas de proteção ambiental e má qualidade de esgotamento sanitário.

Balthazar (2012) e Sá (2009) pontuam que mesmo com falhas e problemas na construção, existem vantagens no processo como a garantia de

se ter um imóvel: tipo poupança financeira, embora não seja o principal objetivo; a satisfação na execução da casa própria; economia de gastos com aluguel e a possibilidade de ampliar o imóvel ao longo dos anos se adequando mais satisfatoriamente as necessidades do cotidiano das famílias. A modalidade preferida entre os setores de menor renda é a autoconstrução enquanto que, a casa alugada ou cedida está em um padrão em que família deve se adequar.

A autoconstrução não é uma prática exercida fora da lógica produtiva, ela, está inserida no contexto capitalista, porém, a habitação ganha outros significados e papéis sob o modelo capitalista de produção, além da função de abrigo (BALTHAZAR, 2012).

2.4 FAMÍLIA

As temáticas teóricas conceituais sobre família têm sido abordadas por diferentes teorias segundo os recortes metodológicos do estudo. Não tendo um único conceito que se aplique a sua generalidade.

Célia Chaves Amaral (2001) afirma que o grupo familiar sendo uma instituição socialmente construída, não detém um modelo único de estrutura, dinâmica e funcionamento. Não é uma estrutura estática estando em constate mudança podendo ter diversos formatos, pois é uma criação humana mutável.

Cristina Bruschini (2000) aponta a não naturalidade da instituição posto que seja composta de diferentes formas tendo características de pluralidade. O modelo de família tradicional nas sociedades capitalistas é o da família nuclear, oposto ao modelo de família extensa que predominava no setor rural. A família nuclear é chamada também de modelo da família burguesa. É tido pelos/pelas estudiosos/as como forma dominante de família na sociedade brasileira, por sua vez modelo vinculado, também, ao processo de urbanização da sociedade brasileira. Todavia, ao longo da história, a família é descontínua e não linear o que significa a existência de outras formas de família, além da patriarcal e nuclear.

Para a teoria funcionalista a família é uma agência socializadora voltada para a formação da personalidade dos indivíduos propondo papéis distintos a serem desempenhados influenciando na definição dos papéis sociais do

masculino e do feminino. A família para a antropologia é a onde incide a divisão sexual do trabalho determinando o grau de autonomia ou subordinação da mulher (BRUSCHINI, 2000).

A presença feminina na esfera pública do trabalho proporcionou o aumento e a mudança de aspectos constitutivos da divisão sexual do trabalho, conseqüentemente nas relações de gênero e incidindo nas diferentes formas de família na sociedade contemporânea com a presença do movimento feminista. Expressão desse processo em nível mundial é o caso do crescimento de famílias chefiadas por mulheres, sobretudo nas cidades. O nordeste é a região que apresenta a maior proporção de famílias chefiadas por mulheres: 25,9% (MENDES, 2002). Dados do IBGE do censo de 2010 divulgados em 2014 pela internet no G1 Economia revelam que 87% das famílias sem conjuge e com filhos são comandadas por mulheres. Em 2000 as mulheres comandavam 24.9% dos domicílios particulares, tendo aumentado em 2010 para 38,7%⁵ e, dentro desse contexto, o bairro em estudo tem, segundo dados municipais oficiais de 2015 um maior número de mulheres chefiando as famílias, cerca de 52,52%⁶.

O número de domicílios do Bairro é de 9.958 os quais tem uma media de 3,4 habitantes por moradia, segundo dados oficiais com base nos dados do IBGE (2010). Todavia, esses dados revelam que 53,25% dos domicílios têm as mulheres como responsáveis pelos lares. A proporção destacada coincide com estudos de Parry Scott (2011. P. 30) que revela o número de mulheres chefe de família residindo na cidade é de até três vezes maior de mulheres comparada à proporção de mulheres chefes morando no campo. Contudo, como diz o autor referido “O encaixe arrumadinho entre famílias nucleares e urbanização não é tão certo quando se faz referência aos segmentos mais pobres da população”

Scott (2011) destacar o tipo de família monoparental: mulheres jovens, separadas, negras, pobres e com baixo grau de escolaridade, é onde se

⁵ No setor rural esses dados (2010) correspondiam a uma chefia das mulheres de 24.8%, enquanto que nas cidades era de 39.3%. Disponível em g1.globo.com/economia/noticias/2014/10/mais-mulheres-são-chefes-de-família.htm Acesso em 21 de março de 2017.

⁶ Dados obtidos a partir da prefeitura do Recife.

encontra a maior concentração da chefia feminina. Enfim, esse é o contexto encontrado nas camadas mais pobres, condição justificada pela situação em que se encontram. O que leva as mulheres ao mercado de trabalho para compartilhar a administração da casa com o companheiro ou até responsabilizar-se sozinha pelo lar. O que as faz viver mais sujeitas a péssimas condições de trabalho e salário ingressando na maioria dos casos no mercado informal de trabalho.

O elemento motivador da maior participação feminina nesse mercado é muitas vezes a luta pela sobrevivência. Realidade oposta às mulheres das camadas médias e altas, pois são mais instruídas, profissionais com estudos superiores, as que ao inserir-se no mercado de trabalho, recebem melhores salários, condições de trabalho e maiores condições de independência econômica ou poder de consumo (SCOTT, 2002; MENDES, 2002).

2.4.1 Divisão sexual do trabalho

O sistema capitalista determina todo o funcionamento da sociedade e a sua organização; ele define a família como sendo um espaço privado por ser um lócus da reprodução e como oposto a ele, estabelece o espaço público ou espaço produtivo, e da política. A segmentação das duas esferas contribui para manutenção do sistema que por sua vez nutre a organização da sociedade patriarcal que reproduz a divisão sexual do trabalho repercutindo tanto na esfera pública ou privada (ÁVILA E FERREIRA, 2014).

“Tal divisão estrutura historicamente uma divisão sexuada, organizada com base nos princípios que separam o que seria trabalho de homens e trabalho de mulheres e os hierarquizam desigualmente, tendo o trabalho masculino um valor social (e agregado) maior que o trabalho das mulheres. Na ordem patriarcal e burguesa de gênero designa-se aos homens prioritariamente as esferas públicas e o trabalho produtivo e às mulheres o trabalho reprodutivo e seus espaços doméstico-privados. Igualmente valorizam-se mais o trabalho e os tempos sociais sexuados do trabalho produtivo masculino que o dos tempos sexuados do trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres” (DUQUE-ARRAZOLA, 2015; 2004).

Adentrado o século XX, com a globalização do desenvolvimento industrial da vida urbana e a sociedade de consumo, sobretudo nas últimas décadas, a organização familiar passou por mudanças na sua estrutura e relações. Segundo o resultado da pesquisa: *trabalho remunerado e trabalho doméstico – uma tensão permanente*, realizada no ano de 2012 pelo Instituto Data Popular

e SOS Corpo, as mulheres apresentam maior nível de escolaridade, maiores participação na força de trabalho e mais acesso a independência econômica e jurídicas comparadas há anos anteriores. Esse fato contribui para o desaparecimento do arranjo familiar que atribui prover o sustento da casa exclusivamente ao homem (COSTA, 2014).

As relações na família e na sociedade entre homens são marcadas pela superioridade e dominação masculina contrapondo-se a inferioridade e submissão feminina marcada pela divisão sexual do trabalho que atribui pesos diferentes entre o trabalho reprodutivo e produtivo (ÁVILA E FERREIRA, 2014).

O conceito de trabalho há muito tempo foi apenas considerado como produtivo, aquele que gera lucro para o sistema, exercido majoritariamente pelos homens no ambiente externo à residência. Enquanto que o trabalho reprodutivo ou doméstico, segundo a definição da sociedade capitalista não, fazia parte do conceito de trabalho até muito recentemente, o trabalho doméstico era ignorado nos estudos de diversas ciências, embora se reconhecesse o vínculo estreito entre as duas esferas (BRUSCHINI, 2007; ÁVILA E FERREIRA, 2014).

É a partir da análise da articulação entre trabalho remunerado de produção econômica e não remunerado da esfera reprodutiva se permitiu observar as conseqüências das obrigações domésticas na vida das mulheres o que limita a participação da mulher na esfera produtiva “com carreiras descontinuadas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade” (BRUSCHINI, 2007).

As desigualdades de classe e raça entre as mulheres são fatores que determinam o trabalho doméstico/trabalho assalariado. Independente da classe, o doméstico sempre foi de responsabilidade feminina, porém realizado predominante por mulheres negras, indígenas, mestiças e brancas pobres, sendo adultas, adolescentes e crianças (DUQUE-ARRAZOLA, 2004).

Com a dinâmica do capital desde meados do século XX, os avanços da industrialização e urbanização da sociedade, a militância feminista e aumento da escolaridade das mulheres, é cada vez mais comum ver as mulheres presentes no mercado de trabalho, enquanto que estão ausentes do trabalho doméstico, onde a função é designada para outra mulher em sua grande

maioria de menor renda. Quando não existe essa possibilidade se convive com a contradição entre a autonomia financeira e o trabalho doméstico, criando uma sobrecarga de trabalho. Quando a mulher não está presente na esfera produtiva, a falta de renda afeta a autonomia das mulheres (ÁVILA E FERREIRA, 2014).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa exploratória e qualitativa utilizou como procedimentos metodológicos para aproximação ao objeto de pesquisa, a autoconstrução no bairro Alvorada, nome fictício, localizado na RPA4 da cidade de Recife; a pesquisa e revisão bibliográfica com o fichamento das leituras e estudos que abordem a temática da questão urbana e habitacional; emprego de um roteiro de observação e de entrevista semiestruturada elaborado pela estudante pesquisadora aplicado *in lócus* no bairro; sistematização dos dados secundários complementares da pesquisa, entre eles os dados estatísticos. A realização das entrevistas e a sistematização das mesmas o registro dos dados obtidos no Diário de Campo; transcrição e análise das entrevistas e elaboração da monografia.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois aborda a realidade empírica, não só a partir dos aportes teóricos de outros estudos e pesquisas, como também se aproxima dessa realidade tomando em conta a maneira como é percebida e explicada pelos membros das famílias moradoras de Alvorada. Dimensão esta da realidade—visão de mundo, ideologia, identidades – que para conhecê-las não pode reduzi-las a uma quantificação de variáveis, mas adentrando-se e compreendendo as falas e o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes que não caberiam no método quantitativo (MINAYO, 2002).

Foram selecionadas 10 famílias moradoras do Bairro Alvorada, das quais 16 pessoas dessas famílias participaram das entrevistas. O grupo foi escolhido por estar vivenciando ou ter vivenciado o processo da autoconstrução de suas moradias. As famílias habitam em pontos diferentes do bairro possibilitando uma apreensão e análise mais diversa e rica do objeto de pesquisa e das vivências das famílias do bairro. Igualmente possibilitou um contato pessoal com um maior número de pessoas do bairro permitindo a aproximação à questão em estudo de forma mais rápida. De acordo com Cruz Neto (2002) a aproximação pode ser facilitada através do conhecimento do pesquisador com moradores, de pessoas que tenha sólidos laços de amizade ou liderança na comunidade.

Segundo Gil (2002) e Cruz Neto (2002) a entrevista é o procedimento mais usual devido a sua maior flexibilidade dentre eles. A entrevista parcialmente estruturada a partir de pontos de interesse relacionados aos objetivos e problema de pesquisa contribui mais amplamente com o conhecimento do bairro sendo explorado ao longo da entrevista, além de permite registrar as reações dos/das entrevistados/as às perguntas que são feitas. Por isso a importância de captar a expressão não verbal das/dos entrevistadas/os na análise das respostas. Os entrevistados tiveram sua identidade preservada neste trabalho fazendo uso do Termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A) sendo citados/das por nomes fictícios.

Foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas (Apêndice B) entre os meses de jan/2018 a nov/2018 com Julio (34 anos), Pedro (46 anos), João (50 anos), Beto (51 anos), Antonio (53 anos), Rubens (33 anos), José (31 anos), Marco (66 anos), Ceça (46 anos), Josefa (58 anos), Lurdes (48 anos), Maria (52 anos), Ana (41 anos), Carmem (29 anos), Mira (52 anos) e Joana (77 anos). Um total de 8 homens e 8 mulheres com idades entre 29 a 77 anos.

Outro procedimento utilizado consiste na observação participante, de origem antropológica. O contato direto com os/as moradores e moradoras em seu dia a dia, escutas, observação no espaço do bairro é fundamental. É uma técnica importante, pois permite observar uma variedade de situações que não são descritas durante a entrevista uma vez que é observada diretamente a realidade (CRUZ, 2002).

Algumas dificuldades viveram-se na entrevista de campo. Inicialmente a Obtenção de dados bibliográficos referentes ao Bairro de Alvorada, Outra dificuldade foi a relação de amizade da pesquisadora com as/os moradoras/es: ao mesmo tempo em que é um ponto positivo, no momento da obtenção de dados que se referiam a valores monetários, em alguns casos não foi possível a obtenção desses dados, mesmo que garantido o total sigilo os/as entrevistados/as não se sentiram confortáveis no momento da entrevista.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1 PERFIL GRUPO ENTREVISTADO⁷

O grupo estudado é residente há mais de 20 anos no bairro Alvorada na RPA3 alguns dos/das entrevistados/as moram desde seu nascimento, os demais, vieram juntos com os pais ou após se casarem. Entre as 16 pessoas 2 são solteiro/a, uma viúva, treze são casados/as ou vivem em uma união estável.

A média de moradores por residência é de 2,9 pessoas. A partir do momento em que os filhos constroem suas próprias casas em um espaço ao lado ou mesmo na laje da casa já existente, o número de pessoas residente no lar diminui como no caso de *Mira* (52 anos) e *Marcos* (66 anos) com quem antes residiam com 6 pessoas e hoje apenas moram duas. No entanto, todos moram na mesma área em espaços autoconstruídos paralelos.

As profissões mais frequentemente exercidas pelos/pelas moradores/as de Alvorada são: dona de casa, empregada doméstica, gerente de loja comercial, enfermeira, autônoma, pedreiro, pintor, porteiro, técnico em radiologia, carpinteiro, cabeleireiro, auxiliar de serviços gerais e Vendedor. Com média salarial de 2 salários mínimos não levando em consideração os bicos que são realizados por alguns, e mais frequentemente pelas mulheres. Homens que tem conhecimentos sobre alguma técnica de construção, nos finais de semana quando se tem tempo livre, fazem serviços em outras casas, dentro e fora do bairro, variando a renda familiar entre as famílias moradoras de Alvorada.

Dentre os entrevistados/as apenas 3 concluíram o ensino médio, 6 ensino médio incompleto e os demais tem o ensino fundamental completo ou incompleto e apresentam dificuldades com a leitura.

⁷ Como já explicado o nome das pessoas é fictício igualmente o do bairro, para preservar a privacidade das/dos moradoras/es entrevistas/os. Ver no apêndice o termo de compromisso.

4.2 ESPAÇO URBANO DE ALVORADA

A pesquisa de dados e bibliografia sobre Alvorada, revelou que o bairro, constituído por uma grande área de morros está situado na zona norte do Recife. Segundo Lúcia Gaspar, no Censo de 2010 o bairro tinha 34.212 habitantes⁸, A produção deste espaço urbano data do começo do século XX, com o surgimento de fábricas têxtil no entorno da RPA3 o que possibilitou a vinda de grande número de pessoas do interior do estado para o bairro iniciando o processo de urbanização no local, como em bairros vizinhos, acompanhando o crescimento da cidade.

Nos anos 30, Recife apresentava claros sinais de modernização com empresas de vários ramos da produção industrial destacando-se o de bebidas, móveis, óleos, entre outros. A indústria têxtil destacando-se entre elas os três cotonifícios pertencentes à família Bezerra de Melo sendo um deles na zona norte localizado no bairro vizinho a Alvorada.

As pessoas vinham do interior, seduzidas pelo charme da metrópole, sua modernização e como forma de superar as dificuldades econômicas existentes no campo, mas encontravam obstáculos para firmar suas moradias na cidade (REZENDE, 2002).

Os dados referentes à habitação nesse período alertavam para a questão urbana que se instalava na Zona Norte de Recife: a população variava entre 238 mil (1920) e 348 mil (1940) existindo 23.210 mocambos e 23.869 prédios. Alimentada pela migração, a população crescia facilitando a especulação imobiliária, enquanto os mais pobres disputavam os espaços da periferia: condições higiênicas degradáveis, espaços mínimos para morar com pouca ventilação e maior vulnerabilidade para as doenças (REZENDE, 2002).

“A questão da habitação é uma questão social que necessita de atenção especial dos poderes públicos. A situação do Recife não era muito diferente da de outras áreas metropolitanas. As cidades recebem fluxos de pessoas, mas não têm como acolhê-las. Criam-se paisagens urbanas marcadas pela miséria, contrastando com outras sofisticadas, com mansões feitas com requintes dos mais atualizados modelos arquitetônicos.” (REZENDE, 2002 p.108).

⁸ Dado referente ao censo de 2010

Diante do problema da questão habitacional, os morros são umas das características dos bairros localizados na zona norte do Recife e começaram a ser ocupados a partir dos anos de 1930 e 1940⁹. Áreas que durante muito tempo foram áreas de exploração de lenha e uso para caça. Além de distantes do centro urbano e das vias de circulação (LIMA, 2005).

Durante três séculos a urbanização se deu através dos cursos d'água sendo difícil o acesso e elevado o custo de investimento, no entanto essas áreas tornaram-se foco de interesse *de terra para morar* na medida em que foram transformando-se em local apropriado para abrigar a população pobre expulsa dos manguezais localizados nas áreas centrais da cidade e os migrantes da zona rural que vinha em direção a cidade (LIMA, 2005).

Rezende (2002) retrata uma condição de chocantes contradições no processo de urbanização da cidade do Recife. A população crescia e conseqüentemente a especulação imobiliária, levando muitas famílias a viver em situações degradáveis nos territórios de moradia com quase nenhuma infraestrutura, apesar dos avanços nos espaços urbanos de melhores condições de vida – saneamento, água tratada, esgoto, serviços de transporte, entre outros. Enquanto que famílias e moradores/as do Recife com condições econômicas elevadas passavam a viver com mais facilidade.

Trazendo a discussão para o bairro em estudo e seu entorno é possível captar a primeira vista a contradição referida: o espaço localizado entre a antiga fábrica de tecidos *Coronel Othon*, hoje uma escola técnica, na Zona Norte de Recife e o açude de Apipucos separam essas duas realidades. segundo Rosa Lima (2005), no final dos anos 1970, o grupo Othon transformou alguns hectares de reserva de terras em loteamentos de elevado padrão para absorver moradias de luxo como reduto da burguesia recifense, situado à esquerda pelo histórico bairro de Apipucos e à direita, após a travessia da Av. Norte áreas pobres situadas nos morros.

Desde a chegada dos primeiros moradores/as e junto a eles/elas as primeiras famílias moradoras de Alvorada, predominaram as famílias e moradores/as da classe trabalhadora pauperizada, rural e urbana. A formação

⁹ É desencadeado um processo de ocupação dos morros da zona Norte do Recife com foco inicial em Casa Amarela se estendendo para os bairros vizinhos.

do aglomerado sólido de 34.212 habitantes (IBGE, 2010) com o desenvolvimento dos bairros ou territórios de moradia vizinhos, o referido bairro deixou de ser um vilarejo (*comunidade*) distante e um lugar isolado.

Atualmente, Alvorada é povoada, tem várias vias importantes em seu entorno ampliado, entre elas a Av. Norte, uma importante avenida fundamental para o deslocamento da população que circula por Recife e/ou vem das cidades vizinhas para trabalhar. Hoje Alvorada é um bairro essencial e integrado a Recife. Segundo Doug Saunders (2013) é o crescimento dos bairros, comunidades tidas periféricas, que impulsionam o crescimento das regiões centrais e abastardas da cidade, pois sua população se transforma cotidianamente em força de trabalho doméstico, industrial, comercial ou de serviços em função dos negócios, do mercado e economia local.

4.3 AUTOCONSTRUÇÃO EM ALVORADA

A expansão das áreas de comércio e o aumento populacional acarretaram problemas como a ocupação desordenada das áreas de risco. As habitações no bairro predominantemente se originaram no processo de autoconstrução (Figura 1), com a finalidade de ser uma moradia digna, própria, menos burocráticas e mais barata. Mas a escolha de construir a própria casa sem o devido apoio técnico, na grande maioria dos casos, é acompanhada de riscos: falta informações sobre os solos, os entornos, a estrutura e o material da moradia, gerando irregularidades e construções com qualidade duvidosa.



Figura 1- Moradias de Alvorada
Fonte: arquivo pessoal

O bairro retrata uma condição de autoconstrução irregular não só local, mas presente em todo Brasil segundo a CAU/BR (Conselho de arquitetura e Urbanismo). Pesquisa realizada pelo Datafolha no ano de 2015 revelava que 54% dos entrevistados em todo Brasil já fizeram reformas ou construções em suas casas e 51% do total são de reforma ou construção de imóvel residencial e 3% são imóveis comerciais (BRASIL, 2015).

4.3.1 Preciso de uma casa, e agora?

Maria, uma das entrevistadas desta pesquisa relata que:

“Há um tempo se a gente queria casar tinha que ter uma casa. Não podia ficar na casa dos pais eles não aceitavam isso, ainda hoje é assim, mas não como antes. Foi ai que eu e meu marido pensamos: precisamos de uma casa, e agora? Então ficamos sabendo de um terreno para vender aqui perto compramos e de pouquinho e pouquinho fomos levantando” (Maria, 52 anos).

A casa própria integra o centro das preocupações dos casais, das famílias. Ocupa um lugar importante no modo de vida das massas, principalmente das que saem do campo para a cidade e buscam uma fixação na metrópole. Por sua vez, a cidade e o mercado de empresas da construção civil não oferecem habitações para a população de baixa renda (A CONSTRUÇÃO SÃO PAULO, 1976). A fala de Maria (52 anos) expressa essa preocupação e é uma realidade nacional presente, também, no documentário *Fim de Semana* (1975) que identifica uma trajetória de luta pela casa própria.

Os principais motivos da autoconstrução segundo os/as dos entrevistados/as são: a necessidade de se ter um lugar próprio, *meu, nosso* para morar; ter estabilidade, já que ter a casa própria é alcançar um patamar melhor de vida, não necessariamente financeiro, mas oferece segurança; e, não menos importante, a questão financeira de não precisar recorrer ao aluguel.

A autoconstrução é colocada como única das poucas alternativas para essas/esses moradoras/es de ter acesso a moradia por um caminho menos burocrático.

“É muito mais fácil pegar um terreno, comprar os materiais e levantar a casa do que conseguir um financiamento que vou passar minha vida inteira pagando e não vai ser do jeito que eu quero” (João, 50 anos)

A fala de João sucinta de forma geral o pensamento dos/das demais entrevistados/as como Ana.

“Até posso conseguir o financiamento, mas se for para comprar casa nova desse programa Minha Casa Minha Vida eu prefiro não comprar, fica sempre mais distante é em outro lugar do mundo, prefiro morar aqui mesmo perto da família e amigos”. (Ana, 48 anos)

Nas duas falas podemos identificar alguns elementos essenciais para compreender as motivações de comprar a casa por intermédio de terceiros. Com relação aos bancos, existe muita apreensão e insegurança. É visto como uma realidade muito distante e para se ter acesso se tem muita burocracia, enquanto se coloca mais acessível negociar com a família ou pessoas próximas da comunidade a concessão ou compra de um terreno para iniciar a obra.

Outro elemento importante presente na fala de Ana e durante as entrevistas foi citado por outros/as moradores/as: são os laços de afetividade construídos na comunidade. As famílias conhecem e partilham das mesmas dificuldades diárias, construindo-se uma relação de solidariedade, embora em alguns momentos existam tensões e conflitos. Como Pedro coloca:

“A gente se ajuda, se faltar alguma coisa como um pedaço de cano, um pouco de cimento, ou um caso de mais emergência como aconteceu aqui em casa ficamos sem energia por 1 dia eu estava trabalhando falamos com o vizinho, foi difícil mas conseguiu resolver. Quando eu posso eu ajudo também e assim a gente vai vivendo agora tem gente que não gosta de ajudar, mas fazer o que né?!” (Pedro, 46 anos).

Segundo Maricato (1982) a solidariedade é determinante para a sobrevivência; o contato direto com a produção da casa também: “Não há outra escolha possível, assim como não há outra arquitetura possível para substituir aquela que caracteriza o espaço de residência da classe trabalhadora” (MARICATO,1982 pag. 73).

A partir das falas até aqui apresentadas é evidente a falta de planejamento da construção das moradias. A realidade social impõe as necessidades que devem ser atendidas o mais rápido possível. Poucos são os que têm o privilegio de organizarem-se e planejar suas moradias. A realidade dos/das entrevistados/as é construir no momento que surge a necessidade específica, “o básico” de acordo com eles/elas são, por exemplo: o piso, as paredes o teto. Ao longo do tempo vão reformando as casas até o momento das entrevistas todas as casas estavam precisando de alguma reforma maior como: acrescentar um cômodo; ou pequeno detalhes como: troca de janelas e colocar forro no teto.

Todos mencionam a importância do planejamento, mas a partir da observação fica claro que não é apenas a falta de tempo que impede o planejamento, mas também a falta de conhecimento de como realizar o planejamento utilizando de métodos e ferramentas adequadas gerando dificuldades referente à elaboração do orçamento; prevalece nas falas “faço até onde dá” ficando para depois a finalização da obra.

Outro ponto frequente são os atrasos no cronograma da obra: se é pensado e contratada a mão de obra até determinado período, no entanto acontecem problemas que atrasam causando muitos prejuízos.

“Planejei fazer o banheiro na laje e colocar gesso na casa falei até com Rubens, mas fiquei sem dinheiro e esse ano não vai dá mais” (Carmem, 29 anos).

Nos casos em que planejamento é feito, ele não é eficiente e não se consegue por em prática ficando apenas no campo da vontade de fazer. De fato, o planejamento não é posto em papéis ou em outros tipos de anotações possíveis, tudo é feito mentalmente inclusive orçamentos com os gastos. Fazendo com que os gastos saiam do controle facilmente ainda mais se pensamos que o salário é para construir ou reformar e também para adquirir outros bens necessários para sobrevivência.

4.3.2 Trabalhadores e trabalhadoras que constroem

As vilas e comunidades são construídas pelas mãos dos próprios trabalhadores/as que recebem auxílio de familiares e amigos, mas se dedicam nos finais de semana e feriados, exclusivamente, para reformar ou construir. No documentário *Fim de Semana* (1975), dirigido por Renato Tapajós a partir dos estudos realizados por Ermínia Maricato, é observada essa realidade: em sua maioria são trabalhadores e trabalhadoras da indústria de São Paulo com colheres de pedreiro, pás, enxadas, areia, cimento e tijolos e vão construir suas próprias habitações.

A pesquisa realizada pelo CAU/BR aponta que dos 54% das pessoas que constroem 85% não utilizam serviços de arquiteto e/ou engenheiro a região que mais utiliza desse serviço é a região sul. Destacando que a questão financeira é o principal motivo pela preferência por mestres de obras e pedreiros além do fácil acesso a esses profissionais (BRASIL, 2015).

No bairro estudado existem outras experiências, como expressa Rubens, 33 anos: *“Eu mesmo construí, sou pedreiro desde adolescente, já construir muitos prédios fora hoje, faço serviços aqui na comunidade mesmo”*.

Entre os entrevistados 4 pessoas trabalham ou já trabalharam para empresas no setor da construção civil nas profissões de pedreiro, carpinteiro, servente e pintor, conhecimento que dizem ter adquirido no dia a dia

“Meu pai trabalhava na construção quando ele ia fazer um serviço fora eu ia com ele, fazia massa, quebrava piso, fazia de tudo um pouco e assim eu aprendi e hoje o que aparecer para fazer eu faço” (Pedro, 46 anos).

Os demais não trabalham e nunca trabalharam no setor, mas já realizaram, de alguma forma, trabalho de pedreiro, pintor, eletricista e etc., como conta José (33 anos): *“Não sou pedreiro, mas dou para o gasto é só olhar e fazer que eu consigo”*. Aqueles que não têm conhecimento específico contratam mão de obra e para diminuir os custos com ajudante colocam a mão na massa e envolvem familiares e pessoas próximas.

O contrato da mão de obra varia de acordo com o serviço, podendo ser na forma de diária onde o contratante paga diariamente ou “empeleitada”, que funciona como espécie de um pacote. Definido o serviço, o pedreiro cobra um valor “x” que na maioria das vezes é pago uma parte no início do serviço e outra no final, e por fim as trocas de serviço as quais se dão em base as habilidades, conhecimentos, experiência, tempo. Por exemplo “eu faço o piso da casa e você conserta a parte elétrica da minha”. *“Dependendo do serviço é diária ou empeleitada o que for melhor para as duas partes”* (Rubens, 33 anos). Para aqueles mais próximos é dado um tipo de desconto nos valores o conhecido “na amizade”.

Uma das dificuldades pontuadas é justamente encontrar o profissional adequado e que faça o serviço com qualidade. Nesse sentido a experiência no trabalho conta muito. Dos entrevistados que precisaram contratar mão de obra tiveram uma experiência ruim e muitas vezes o serviço teve que ser refeito, ou se comprometem em fazer a obra e abandona na metade ou incompleta, ocasionando perdas financeiras e impactando no tempo de execução como expressa Josefa (58 anos): *“Tem que escolher a pessoa certa e confiável tem pedreiro que é uma merda, faz tudo errado, por isso só Pedro vai colocar a cerâmica aqui na minha cozinha”*.

A escolha e a quantidade de materiais de construção são outros problemas. Muitas vezes é comprado demais, havendo desperdício com

sobras, ou de menos, ocasionando a falta de materiais e diversas idas ao armazém. A quantidade desses matérias é definida de acordo com o que se quer fazer e de forma empírica, não existe um cálculo anterior. Nesse caso, a experiência do responsável pela obra é essencial para definir a medida certa. Segundo a CAU/BR a mão de obra e matérias é uma preocupação geral das pessoas que recorrem à autoconstrução assim como a escolha do profissional adequado (BRASIL, 2015).

4.3.3 Materiais utilizados e gastos com a obra

Os materiais básicos descritos são: tijolos, areia, cimento, vigas de sustentação, laje (isopor mais usado); e no acabamento, a cerâmica, PVC e gesso para forro no teto. *“Os materiais que usei são aqueles básicos de toda obra tijolo, cimento, areia, ferro e por ai vai”* (Marco, 66 anos). São materiais adquiridos em armazéns próximos que facilitam a entrega e oferecem alguns produtos com preços baixos *“Compramos nesses armazéns aqui perto mesmo porque economiza no frete e eles entregam rápido agora o preço depende às vezes é mais barato tem que pesquisar”* (Josefa, 58 anos). Ermínia Maricato (1982) vai afirmar que o material utilizado na autoconstrução é de menor custo e a escolha depende da oferta das lojas, de materiais da proximidade para a entrega e o pagamento.

Enquanto materiais para a construção da casa são adquiridos em comércios locais, os materiais para acabamento como pias, maçanetas azulejos, torneiras, portas de alumínio, entre outros, são na maioria das vezes adquiridos em grandes empreendimentos comerciais do formato Home Center. O acabamento é uma etapa importante, mesmo que demore muitos anos até conseguir alcançar o objetivo final, É com o acabamento que se tem a idéia da obra ter finalizado, embora os acabamentos sejam desfeitos para iniciar outras reformas.

As técnicas e materiais vão se aprimorando e os responsáveis por trazer essas inovações são justamente àqueles que estão inseridos/as no trabalho da construção civil. *“Lá usamos uma argamassa que é muito boa. Aqui em casa também usei e sempre o indico para quem vai comprar os materiais”* (Rubens, 31 anos).

Em seu artigo Maricato (1982) afirma que nessas construções da região de São Paulo estudada por ela, o material usado foi sempre o mais barato e de fácil manipulação. Condições que não se aplicam plenamente no grupo estudado em Recife. A qualidade dos materiais são descritos como importante seguido do preço e são determinantes para escolha, embora seja notável que a percepção de alguns/as dos/das entrevistados/das que o mais caro é sempre o melhor, mas o valor do produto nem sempre está ligado apenas à qualidade.

A principal forma de pagamento dos materiais é no cartão de crédito. O cartão é a oportunidade para aqueles que não têm o dinheiro para fazer o pagamento avista e isso fica claro na fala de Carmem (29 anos): “*Comprei meu banheiro e dividi em 10 vezes*” Ela se refere “comprei o meu banheiro” aos materiais que envolvem a alvenaria e os acabamentos considerados de luxo. Mesmo aqueles/as que preferem realizar o pagamento à vista em algum momento da obra precisou utilizar o cartão de crédito e parcelar as compras.

As compras dos materiais são feitas aos poucos, de acordo com o ritmo da obra ou a disponibilidade do dinheiro e ou cartão de crédito. Algumas vezes a obra para por falta de material. Durante a observação *in locus* da pesquisa de campo, um dos entrevistados apontou que um piso com aproximadamente 6m² demorou 3 domingos para ser feito, pois o cimento tinha acabado.

Os gastos variam em relação ao tamanho da obra e do quanto seu proprietário está disposto a gastar naquele momento. Destacam-se apenas os gastos com a mão de obra e materiais, não levando-se em consideração o terreno onde está construída a casa, pois os terrenos são cedidos pelos familiares que estão presente há gerações no bairro ou comprados, mas não lembram o valor da compra. As pessoas entrevistadas afirmam que o valor foi em cruzeiros: “*Foi alguns cruzeiros e compramos há muitos anos*” (Joana, 76 anos).

Em relação aos valores, pouco foi falado nas entrevistas. Os gastos foram estimados a partir das observações e conversas informais. É difícil de definir o valor da obra como um todo: não se tem controle de gastos por meio de anotações tudo é feito mentalmente. “Não se tem a necessidade” de fazer o

calculo dos gastos, o que também podemos entender como *sendo uma forma de poupar carga mental de ter gastado além da conta* “O que os olhos não vêem o bolso não sente”, diz o ditado popular.

Nesse contexto não existe interesse de somar os gastos com materiais e mão de obra. Em média os/as moradores/as estimam o gasto de 25 a 35 mil reais, mas devido algumas dificuldades encontradas no caminho, como o desperdício de material ou ter que fazer uma obra de emergência que não estava nos planos, é possível que esse gasto seja bem maior do que o estimado por eles/elas. É comum fazer um serviço e depois de algum tempo ter que refazê-lo, pois não foi feito da forma correta acarretando problemas e prejuízos futuramente.

A mão de obra é considerada, de todos os gastos, o mais elevado mesmo que a família ajude diretamente na obra, aquele/a que tem conhecimento sobre a construção são ditos privilegiados. A diária (no ano de 2018) de um pedreiro estava entre 80 e 100 reais variando de acordo com o serviço e nível de “amizade” entre as partes. *“O metro de cerâmica é 16 reais mais ou menos para eles (sobrinhos) coloquei por 10 reais para ajudar mesmo, ainda teve parte que nem cobreí”* (Pedro, 46 anos).

Carmem (29 anos) estima que gastou mais de 10 mil em mão de obra para reformar toda sua casa: *“Ainda vou gastar mais, ele (pedreiro) cobrou 500 reais para fazer o banheiro na laje, mas eu não tinha dinheiro nem para o material”*. Sempre terá algo para fazer e terminar investindo mais na mão de obra e materiais.

A produção da casa própria consome uma boa parte da renda familiar podendo levar a redução de outros itens da cesta de consumo, inclusive a diminuição do padrão alimentar, a construção da casa própria pode levar ainda a um endividamento (KOWARICK, 1979).

4.3.4 Minha casa, meu mundo

Para esses/essas moradores/as a casa significa muito mais do que a simples moradia definido como construção em alvenaria, com distintos formatos ou tamanho (Aurélio 2002). *“Ah! Aqui é tudo para mim, meu oásis”* (Josefa, 58 anos), a casa vai além do valor de troca. Nela está presente o suor

do trabalho, dificuldades superadas, a felicidade da conquista da casa própria, se constroem um laço afetivo com a residência e a comunidade. A respeito à disso, a fala de Pedro (46 anos) é marcante “*Se pudesse eu gostaria que quando eu morresse me enterrasse aqui mesmo em baixo da minha casa*”. Para Pedro é imensurável o significado da casa.

A moradia em seu significado engloba as dimensões físicas ambientais, econômicas ou psicossociais, além do significado de avanço, de crescimento e progresso familiar, que por sua vez, vão determinar esses significados. Destaca-se o sentimento de pertencimento, de autonomia e de liderança, relacionada à casa própria. A palavra casa traz consigo também a representação de posse, mercadoria ou bem de consumo. Mas, enquanto moradia é um direito de todo cidadão (RIBEIRO, 2015; NOBREGA, 2009).

A necessidade da casa própria está rodeada de simbolismo socialmente construído, não basta ter uma moradia cedida ou alugada que temporariamente supre a necessidade básica, o desejo e o sonho com a casa própria prevalece, o que não é por acaso, dado que a sociedade capitalista tem entre seus princípios e valores fundamentais a propriedade privada como bem o explica Karl Marx, por exemplo, em *O Capital*.

Segundo Araujo (2005), a moradia exerce um poder invisível em nossas vidas, influencia a saúde física e mental como se fosse uma extensão do próprio corpo, onde acontece a intimidade da família. “A casa significa o pertencimento a um lugar e a identificação com algo que lhe é próprio, conduzindo assim ao sujeito a satisfação em pertencer” (BRGAN, 2005. apud RIBEIRO, 2015. Pag. 29).

4.4 TRABALHO DAS MULHERES NA AUTOCONSTRUÇÃO

O bairro Alvorada tinha no ano do último Censo do IBGE (2010), uma população total de 32.212 habitantes com 52,52% de mulheres. Sendo a proporção de mulheres responsáveis pelo domicílio de 53, 25%.

As mulheres tiveram e tem um papel de destaque em Alvorada desde a formação e consolidação do Bairro. A pesquisa que realizei em 2015 como bolsista do projeto (DUQUE-ARRAZOLA, 2015) de PIBIC com relatório final intitulado Nova Descoberta; um caso da história urbana de Recife (2015-2016)

trouxe evidências desse processo da história das mulheres nesse(s) bairro(s) da RPA4 de Recife: foram mulheres que saíram do seu lugar de origem após o casamento, assumindo o trabalho estipulado pela divisão sexual do trabalho, conforme conceituamos mais acima: cuidadora do lar, dos filhos, enquanto os seus maridos trabalhavam para sustentar a família financeiramente.

Cristina Bruschini trás a tona a discussão sobre os papéis, ou melhor, dizendo a divisão sexual do trabalho altamente diferenciando as tarefas e responsabilidades masculinas e femininas claramente definidas ao interior das famílias.

“O adulto masculino ou marido-pai é o líder “instrumental” do grupo, enquanto o adulto feminino desempenha papéis sociais de natureza “expressiva”, voltados principalmente para os assuntos internos da família. Nesse modelo cabe à mulher ser esposa, dona-de-casa e sobretudo mãe, papel esse cuja importância se acentua e especializa, na medida em que seu desempenho passa a se basear em conhecimentos científicos, como os que foram sendo acumulados pela psicologia.” (CRISTINA BRUSCHINI, 2000).

O papel da mulher pode ir além dos assuntos internos da família como diz *Joana (77anos)*, deixa claro em sua fala: “*Comprei o terreno e eu mesma fiz a casa, eu levantei esta casa*”.

De fato, Joana, se fez presente na construção do bairro, assim como outras mulheres. A presença das mulheres no processo de ocupação da terra e na autoconstrução da moradia foi determinante. Capinou o mato, transportou o material, assumiu grande parcela da gestão da construção da casa, auxiliou os pedreiros, servindo às vezes de “ajudante” em tarefas que exigissem menor esforço físico. Entretanto o trabalho dessas mulheres, estava direcionado aos conhecimentos acerca da melhor forma de utilizar o terreno, administrar as despesas, entre outros. Porém, não foram e não são devidamente reconhecidas pelos moradores/as visto que na própria fala dessas mulheres o trabalho maior foi realizado pelo marido ao trazer o dinheiro para casa.

Conforme observado e registrado nas entrevistas, dentro do trabalho da autoconstrução é muito forte a presença das mulheres desde a construção das bases até o acabamento final. Suas opiniões, embora nem sempre ouvidas, são determinantes para decidir qual o lado melhor de determinado cômodo ou qual acabamento utilizar, por exemplo. Ao mesmo tempo em que é observada a participação diretamente na obra carregando tijolos, rejuntando ou

fazendo massa. Cabe a ela, mulher a limpeza final do ambiente e também a produção do alimento para os demais trabalhadores.

As trabalhadoras do lar entrevistadas nessa pesquisa argumentam que mesmo após o final do dia de trabalho na obra, para elas o dia não acaba se contrapondo ao homem que após o dia na construção a noite é o seu momento de descanso. Porém, esse momento de descanso só é possível porque sua companheira continua trabalhando e isso é visto com naturalidade de ambas as partes. A sobrecarga continua para aquelas que exercem trabalho na esfera pública que tem que se desdobrar entre o trabalho reprodutivo e produtivo.

“Mesmo cansada a gente ajuda, não vejo à hora de vê minha casa prontinha” (Lurdes, 48 anos).

Com as reformas acontecendo no mesmo ambiente, elas se desdobram para manter tudo organizado e dar conta das atividades do dia a dia e dos/das filhos/as. Nesse momento a carga maior:

“É uma loucura quando [se] está em obra. Eu nunca trabalhei tanto na vida [como] durante a construção desta casa. Tinha que cuidar dos meninos ao mesmo tempo [e] eu ficava morta no fim do dia” (Maria, 52 anos).

Assim como os homens que dedicam seus finais de semana na obra, as mulheres que trabalham na esfera produtiva dedicam seu dia de descanso a obra e ao trabalho doméstico. Segundo a pesquisa desenvolvida pelo SOS Corpo as mulheres referem com frequência aos dias de folga do trabalho remunerado como o dia de fazer faxina significando o dia intenso de trabalho reprodutivo (ÁVILA E FERREIRA, 2014).

A participação econômica das mulheres é efetiva, uma parte do salário e da renda dos “bicos” é dedicada para compra de materiais e móveis para ambientação. É uma forma de ajudar o companheiro com as despesas. A presença feminina se compreende na esfera da participação ativa com “mão na massa” e também na financeira, embora com uma renda menor que o homem, ela se faz presente.

Não podemos considerar a participação feminina como apenas um ajuda, isso é desconsiderar seu trabalho. De fato as mulheres atuam direta e indiretamente caracterizando-se como uma das figuras principais no processo de autoconstrução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de pesquisa vivenciado para a presente Monografia, iniciado como bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFRPE e como pesquisadora voluntária do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher-NUPEM/UFRP/DCD, permitiu atingir os objetivos propostos, relacionados à autoconstrução em ALVORADA, bem como desvelar a presença e participação das mulheres nos processos de autoconstrução das moradias nos bairros populares e espaços urbanos de moradia das famílias da classe trabalhadora precarizada,

O aumento do número de habitantes impulsionado pelo movimento migratório campo-cidade no século XX provocou a revelação da questão urbana e as desigualdades sociais que reproduz na Região Metropolitana de Recife a partir *da terra para morar*. O Estado brasileiro se delongou por muitos anos para o enfrentamento desses problemas. Atualmente, o Estado apresenta alguns programas de políticas sociais para a cidade que de modo mínimo solucionam os conflitos de dimensões gigantescas no que diz respeito à questão urbana.

Alvorada é uma comunidade que tem sua importância no crescimento da cidade do Recife e do ponto de vista comercial também, tendo seu crescimento decorrente do aumento do poder aquisitivo dos moradores/as. Os problemas são nítidos e as ações do Estado são insuficientes perante a questão dos espaços urbanos para morar e a quantidade de moradores/as.

O direito à cidade, embora devendo ser garantido pelo Estado, mediante uma política urbana rigorosa pautada na defesa dos interesses da coletividade local, deixa muito a desejar em relação ao bem estar das condições de vida de toda a população brasileira, sobretudo à mais afetada pelas desigualdades sociais de classe, de raça especificamente em relação aos moradores/as dos bairros populares e periféricos.

Na realização das entrevistas ficou evidente na fala dos/das moradores/as não terem considerado outra opção de acesso a casa própria a não ser construí-la com as próprias mãos. Ao mesmo tempo verificou a ausência de alternativas habitacionais satisfatórias no mercado privado ou por

meio de políticas públicas sociais sendo o motivador da dinâmica de ocupação ilegal da cidade e a autoconstrução. Pois o sistema capitalista em sua essência se mantém da exploração e desigualdades que garantem seu excedente.

Os/as moradores/as entrevistados/as não fizeram menção à responsabilidade do poder público de garantir acesso à moradia, aos/as moradores/as. Não se tem consciência da exploração acarretada pela prática da autoconstrução ou falta de apoio institucional. Prevalece a ideia que é passada por gerações que cabe unicamente às famílias a providência e garantia da casa. No entanto o poder público é visto como um órgão que dificulta e complica a vida do cidadão/ã com burocracia, cobrança e punição, visto que nenhuma das casas e lotes possuem documentos que regularizem.

Em decorrência da industrialização e novas tecnologias percebe-se mesmo ainda de forma sutil que tem chegado aos/as moradores/as a evolução dos materiais e técnicas utilizadas em grandes empreendimentos por meio dos trabalhadores que estão inseridos/as na construção civil e até mesmo o acesso a internet torna possível acompanhar as novas tendências, principalmente referente aos acabamentos.

Frente aos problemas apontados pelos moradores se destaca problemas pontuais como a mão de obra qualificada, excesso e/ou falta de matérias e gasto excessivo. Problemas este que com apoio técnico e acompanhamento de um profissional para o planejamento e elaboração de orçamento doméstico são minimizados.

A falta de planejamento é consequência da urgência do início da obra e do desconhecimento da importância desta etapa para o processo. Ausência do controle de gastos, falta de informação, a demora na finalização da construção foram algumas dificuldades enfrentadas na construção identificada de maneira indireta por meio da observação.

A não realização do projeto resulta no baixo desempenho das funções da habitação referente ao conforto térmico, luminoso e ergonomia do espaço onde o/a profissional de Economia Doméstica pode contribuir junto à comunidade com orientações no que tange aos aspectos citados, além de gerir a construção de forma mais eficaz assim como ajudar na orientação de um planejamento adequado, oferecer ferramentas para gestão da renda propicie

gastos de maneira consciente, investigar alternativas para que soluções sejam pensadas para sanar problemas cotidianos pensado em todo conjunto familiar,

Contudo, são nas posturas das mulheres que estão presentes as posições mais reivindicativas, revolucionárias e tradicionais, quer seja em relação ao poder de decisão em casa, quer seja em relação às atividades domésticas. Mesmo tendo uma posição de importância e destaque na família, não se configura igualmente em termos de autoridade e poder de decisão no lar. A presença masculina – marido, pai - debilita a chefia feminina a que muitas vezes não é reconhecida nem admitida na família. A divisão sexual do trabalho cria uma sobrecarga “natural” no cotidiano das mulheres. As mulheres têm uma participação ativa no processo da construção da casa muitas vezes invisibilizada.

A reflexão se faz importante no núcleo familiar, pois é nele que o indivíduo é socializado e reproduz comportamentos naturalizados de desigualdade. É necessário que a mulher se perceba seu papel perante a sociedade e o quanto sua força de trabalho é o motor para a manutenção do sistema capitalista. O empoderamento faz parte da autonomia e libertação da mulher frente à sociedade que oprime.

Chega-se a conclusão de que a prática da autoconstrução se configura como consolidada. Cabe ao poder público garantir direitos básicos e minimizar as desigualdades sociais, oferecer apoio técnico e acompanhar de forma eficaz a formação desse espaço por meio de profissionais qualificados como Economistas Domésticos/as, Engenheiros/as, Arquitetos/as entre outros com o objetivo primordial de garantir qualidade de vida a família.

E nós, enquanto profissionais do campo da economia doméstica precisamos estar atentos e envolvidos nessas questões que são pertinentes a nossa função, afim de, contribuir de forma significativa para a melhora da qualidade de vida dos/as moradores/as.

Por fim, a pesquisa desenvolvida se configura apenas como uma base e abertura possibilitando outros possíveis desdobramentos para que novos trabalhos sejam desenvolvidos e que possam impactar na vida das pessoas diretamente onde a teoria e pratica ande sempre juntas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CONSTRUÇÃO SÃO PAULO. São Paulo: PINI, ano XXIX, Nº 1494, 27 Set. 1976. Disponível em:

<<https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2016/12/autoconstrucao-a-arquitetura-possivel.pdf>> . Acesso: 25 Dez. 2018.

ALMEIDA, Maria Ângela de. **Posturas do Recife Imperial.** Tese. Doutorado em História, CFCH-UFPE, 2002.

AMARAL, Célia Chaves. **Família às avessas:** gênero nas relações familiares de adolescentes. Fortaleza Ceará: UFC EDIÇÕES, 2001.

AURELIO, **O mini dicionário da língua portuguesa.** 4ª edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7ª impressão-Rio de Janeiro, 2002.

ARAÚJO, Maria Selma de Castro. **Os Donos Da Casa: Das Políticas Da Habitação Aos Significados Da Moradia.** Fortaleza – Ce. 2005. Disponível em:<[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/maria_selma_de_castro_araujo\[1\]%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/maria_selma_de_castro_araujo[1]%20(2).pdf)>Acesso em 2/01/2019.

ÁVILA. Maria Betânia; FERREIRA Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In:_____. (Orgs). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres.** – Recife: SOS corpo, 2014.

BALTHAZAR, Renata Davi Silva. **A permanência da autoconstrução:** um estudo de sua prática no município de Vargem grande Paulista. Dissertação (Mestrado)-FAUUSP. São Paulo, 2012.

BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil:** revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2008. n. 1, pp. 70-104.

_____. **O modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo precisa ser revertido.** Estudos avançados. São Paulo, 2011. v. 25, n. 71, pp. 23-36.

BRASIL. **Pesquisa CAU/BR Datafolha.** 2015. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/como-o-brasileiro-constroi/>. Acesso: 02 Set. 18.

BRASIL. **Dia Nacional da Habitação:** Brasil tem 11,4 milhões de pessoas vivendo em favela. IBGE. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas.html>>. Acesso: 02 Set. 18.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane, orgs. **Infância e violência doméstica:** fronteiras do

conhecimento. 3.ed.São Paulo: Cortez, 2000. Pt 1:teorias críticas: família e violência contra crianças e adolescentes; item c :p.49-77.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho doméstico**: Inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO – COMPARAÇÃO BRASIL- FRANÇA. São Paulo: USP/Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: UFRJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro, abril 2007.

COSTA, Albertina de Oliveira. Rotinas de mulher. In: ÁVILA. Maria Betânia; FERREIRA Verônica. (Orgs). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. – Recife: SOS corpo, 2014.

CASTELLS, Manuel. **La Planificación Urbana**. En problemas de Investigación en Sociología Urbana. Siglo Ventuino. México, 1974.

CRUZ, Otávio Neto. O trabalho de campo com descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Ed.21. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. **O lugar das mulheres nas políticas de assistência social**: um estudo sobre a experiência do programa de erradicação do trabalho infantil em Pernambuco. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social. Recife, 2004.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura, In: Fleury-Teixeira e; Meneghel S.**Dicionário Feminino da Infância**, FIOCRUZ, Editora, Rio de Janeiro, 2015, p.104.

_____. Divisão Sexual do Trabalho, In FLEURY-TEIXEIRA, E & MENEGHEL S (org), **Dicionário Feminino da Infância**, Rio de Janeiro: Fiocruz Editora, 2015 p. 102-105.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (FJP/CEI). **Déficit habitacional no Brasil 2015**. – Belo Horizonte: FJP, 2018.

GASPAR, Lúcia. Bairros do Recife. **Pesquisa Escolar Online**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar> Acesso em: 29/10/2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KARTCHEVSKY, Andrée; et al. **O sexo do trabalho**. Trad. Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KERGOAT. Percurso pessoal e problemática da divisão social e sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 236-247.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Rosa Maria Cortês. **A cidade autoconstruída**. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado pesquisa e planejamento urbano e regional)- UFRJ, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Freitas. São Paulo: Centauro, 2011.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. Martins fonte. São Paulo, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado metrópoles brasileiras**. São Paulo Perspec. vol.14 n°.4 São Paulo Out./Dez. 2000.

_____. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ; Vozes, 2001.

_____. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo. Editora Alfa-Omega, 2ª Ed., 1982,p. 71-93.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos avançados**. vol.17 no.48 São Paulo Mai/Ago. 2003.

MENDES, Mary Alves. **Mulheres chefes de família e a complexidade e ambiguidade da questão**. In: Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

MENEZES, Larissa Rodrigues de. **Habitar no centro histórico: A habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In:_____ (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Ed.21. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Família e feminismo: o encontro homem/mulher como perspectiva**. Perspectivas, São Paulo, p. 143-152, 1985.

MORAIS, Maria da Piedade. **Breve diagnóstico sobre o quadro atual da habitação no Brasil**. Ipea: 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4767/1/bps_n.4_BREVE4.pdf>. Acesso: 26 de Dez.2018.

MOREIRA, Tomás Antonio; RIBEIRO Joana Aparecida Z.M.T. **A questão fundiária brasileira no desenho das políticas nacionais de habitação:**

considerações a partir do início do século XXI. Cad. Metrop. vol.18 no.35 São Paulo Jan./Apr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3501>>. Acesso: 18 de Dez. 2018.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: Políticas Públicas, conflitos urbanos e o Direito à Cidade.** [2011]. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC_MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf> Acesso: 26 de Dez. de 2018.

NÓBREGA, Maria das Dôres Silva. **Representações Sociais da Moradia e da Natureza dos Moradores De Loteamentos de Baixa Renda em Aguas Lindas de Goiás- GO.** Universidade de Brasília Instituto das Ciências Humanas, Dep. de Geografia. Brasília DF. 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4406/1/2009_MariadasDoresSilvaNobrega.pdf> Acesso em 02/01/2019.

PENA, Maria Valeria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: Presença feminina na constituição do sistema fabril.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Prefeitura do Recife. **Nova Descoberta.** Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/nova-descoberta>>. Acesso: 29/10/2015.

RIBEIRO, Helena; VARGAS, Heliana Comin. **Urbanização, globalização e saúde.** Revista USP. São Paulo. n. 107. p. 13-26, 2015.

RIBEIRO, Graziela Fernanda. **O significado da casa própria para moradores do residencial viver bem no município de Santa Cruz do Sul – RS.** Trabalho de Conclusão de curso (Curso de Psicologia). Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/977/1/Graziela%20Fernanda%20Ribeiro.pdf>> Acesso: 02/01/2019.

REYNALDO, Amélia; ALVES, Paulo Reynaldo Maia. **Origem da expansão do Recife: Divisão do solo e configuração da trama urbana.** In: UFPE (Ed.), Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo (pp. 1–14). Recife, PE, Brasil: UFPE, 2013.

REZENDE, Antonio Paulo. **O Recife: histórias de uma cidade.** Org. Magdalena Almeida: Recife, fundação de cultura cidade do Recife, 2002.

SÁ, Werther Lima Ferraz de. **Autoconstrução na cidade informal.** Recife, 2009. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento urbano), UFPE, 2009.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral, PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. **Habitação em São Paulo.** Estudos Avançados, SP, V.17, n.48, P.167-183, 2003.

SANTOS, C. N. **Está na hora de ver as cidades como elas são de verdade.** Rio de Janeiro, Ibam, 1986.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

SAUNDERS, Doug. **Cidade de chegada à migração final e o futuro do mundo**. São Paulo. DVS editora, 2013.

SCOTT, Perry. **Famílias Brasileiras: Poderes desigualdades e solidariedade**. Recife: Editora universitária UFPE, 2011. Pag 17-66.

SCOTT, Perry. **Mulheres Chefes de Família: abordagens e temas para as políticas públicas**. In: Apresentado no Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, realizado em 4 de novembro de 2002, Ouro Preto-MG pela CNPD, FNUAP e ABEP.

SILVA, Regina Celly Nogueira da; MACÊDO, Celênia de Souto. **A Urbanização Brasileira**. Secretaria de Educação a Distância (SEDIS) – UFRN, 2009.

SILVA, Andrea de Souza e; SILVA, Wellington Barbosa da. **Marcas de envolvimento**: Transformações urbanas no Recife oitocentista evidenciadas nas cartas de leitor(1830-1850). In: XXVIII Simpósio de História. 2015, Florianópolis.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Direitos e cidadania**: reflexões sobre o direito à cidade. Lua Nova. São Pulo, p. 139-165, 2012.

WATRIN, Vanessa da Rosa. **O significado da Tradição na autoconstrução de Moradias**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

- Filmes

Fim de semana. Direção Renato Tapajós. São Paulo: Ecofalante, 1975. (30min). Disponível em: <http://erminiamaricato.net/2016/02/01/filmes-fim-de-semana-1975-e-loteamento-clandestino-1978/>.

Loteamento Clandestino. Direção Ermínia Maricato. São Paulo: Spectrus, 1978 (24min). Disponível em: <http://erminiamaricato.net/2016/02/01/filmes-fim-de-semana-1975-e-loteamento-clandestino-1978/>.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Modelo do termo de consentimento livre e esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
BACHARELADO EM ECONOMIA DOMESTICA

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa intitulada **OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA CIDADE: QUESTÃO DA AUTOCONSTRUÇÃO POR FAMÍLIAS DO BAIRRO DE ALVORADA NA CIDADE DE RECIFE-PE**, sob a responsabilidade da pesquisadora Andrielle Barbosa da Silva, orientada pela Prof^a. Dr. Laura Susana Duque Arrazola, a qual pretende analisar as razões e implicações da autoconstrução da moradia.

Esclarecendo que mantemos em anonimato, sob sigilo absoluto, durante e após o término do estudo, todos os dados que identifiquem o sujeito da pesquisa usando apenas, para divulgação, os dados essenciais ao desenvolvimento do estudo. Informamos também que após o termino da pesquisa, serão destruídos todo e qualquer tipo de mídia que possa a vir a identificá-lo, tais como filmagens, fotos, gravações, etc., não restando nada que venha a comprometer o anonimato de sua participação agora ou futuramente.

O (A) senhor (a) terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta sobre a pesquisa; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo. Nos casos de dúvidas e esclarecimento o (a) senhor (a) deve procurar a pesquisadora Andrielle Barbosa da Silva pelos seguintes contatos: (81) [REDACTED] / [REDACTED]

Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, após ter recebido todos os esclarecimentos e sabendo dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida (exceto dados pessoais), em publicações e eventos de caráter científico. Desta forma, assino poder e outra em poder da pesquisadora.

Data: ___/___/___

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semi-estruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS
BACHARELADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

Roteiro de entrevista Semi estruturada

1ª Parte: Dados objetivos

Idade: _____

Casado(a): () sim () não

Tempo de moradia no bairro: _____

Quantas pessoas moram na casa: _____

Profissão: _____

Renda média mensal: _____

2ª Parte: Dados Subjetivos

- 1) Quais os motivos o/a levaram a construir sua casa?
- 2) Houve um planejamento anterior?
- 3) Quais os materiais de construção foram utilizados?
- 4) Qual foi a média de gasto com os materiais e mão de obra?
- 5) Como se deu a sua participação e a de outras pessoas na construção da casa?
- 6) Teve algum problema durante a construção?
- 7) Qual foi a maior dificuldade encontrada durante todo o processo?
- 8) O que a sua casa significa para vc?